



Juventude e mídia: A participação juvenil nas rádios comunitárias autorizadas Trans FM e Objetiva FM¹

Fernanda Coelho da Silva²
Maria Fernanda de França Pereira³
Orientação: Cláudia Regina Lahni⁴
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Os meios de comunicação massivos em geral, estigmatizam o jovem, em especial os oriundos das camadas menos favorecidas da sociedade. Os jovens, na maioria das vezes pobres e negros, aparecem nos jornais e telejornais em matérias relacionadas à violência, prostituição e tráfico de drogas. A esses jovens não é dado o direito à comunicação. Dessa forma, a comunicação comunitária, em especial o rádio, aparece como meio de resistência e forma de dar voz aos jovens, em especial aos pobres, garantindo o seu direito ao exercício da comunicação. A participação de jovens na rádio Objetiva FM, que é uma das três rádios com autorização de comunitária na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, é aqui analisada a fim de se verificar se essa emissora oferece aos jovens a real possibilidade de exercício de sua cidadania e do direito à comunicação.

Palavras-chave: Rádio Comunitária, cidadania e participação juvenil.

1- Introdução:

O presente trabalho faz uma análise das formas de representação do jovem na mídia, de como ele é retratado pelos veículos de comunicação de massa. A intenção é verificar os temas que fazem do jovem, em especial o pobre, negro e morador da periferia, notícia na mídia massiva.

O artigo aborda ainda, as formas de participação juvenil em veículos de comunicação comunitária. Para tal, fez-se uma análise da participação dos jovens nas rádios autorizadas Trans FM e Objetiva FM. As emissoras se localizam na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Na Rádio Trans FM verificamos total descompromisso como desenvolvimento da cidadania, reduzindo a participação juvenil a meros espectadores. Na rádio Objetiva FM analisou-se os níveis de engajamento dos jovens na produção e veiculação dos programas de rádio e ainda, a contribuição que tal participação tem para sua cidadania.

É também objetivo desse trabalho demonstrar a importância, para a cidadania dos jovens, de ter o seu direito à comunicação e à livre manifestação de suas idéias e

¹ Trabalho apresentado na Sessão Comunicação Audiovisual, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação do Curso de Comunicação Social da UFJF, bolsista PIBIC-CNPQ, email: fernandahauck@yahoo.com.br

³ Estudante de Graduação Curso de Comunicação Social da UFJF, bolsista BIC-UFJF, email: fernandinha_fp@yahoo.com.br

⁴ Professora da graduação e do mestrado da Facom-UFJF. Mestre e Doutora pela ECA-USP. crlahni@yahoo.com.br



cultura respeitado. Para tal, a comunicação comunitária, em especial o rádio, pode trazer grande contribuição.

2- Juventude e mídia:

No artigo “*Juventude e suas representações na mídia*” (2007), Mônica Peregrino disserta sobre a complexa relação entre os jovens e a mídia focando na produção e reprodução de processos de identificação juvenis. Peregrino ressalta que a disseminação de informações em escala global é um fenômeno relativamente recente na experiência da humanidade e, portanto, os complexos efeitos desencadeados por essa transformação estão em processo de análise e de discussão.

A autora lembra que desde o final dos anos 80 e principalmente durante os anos 90, uma série de manifestações (tratadas como “distúrbios” ou como “arruaças”) “sacodem” as periferias do Novo e do Velho Mundo. Tais manifestações surgiram na França, na Inglaterra, nos guetos americanos, nas favelas brasileiras e em muitas outras periferias. Além da cobertura da mídia mundial, em geral bastante preconceituosa, essas periferias têm algo em comum: todas elas envolvem jovens pobres, envolvidos em processos sociais muito mais profundos e amplos que o tratamento dado pelos meios de comunicação pode nos fazer crer. Como já vem sendo apontado por alguns autores, as coberturas jornalísticas não têm mostrado essas, que em síntese podem ser definidas como ações liminares, ou seja, expressões da vivência cotidiana de situações limite.

Centralizando nossa discussão nas favelas e periferias brasileiras, verificamos um processo apontado por Peregrino: esses lugares, ao serem desconectados, separados dos processos sociais que lhes deram origem, passam a ser vistos como manifestações de “pura violência”, “irracionalidade”. Aqui a mídia tem papel determinante, ela produz e reforça estereótipos, contribuindo para que os jovens moradores da periferia, sejam vistos como violentos, como infratores.

Segundo o professor Silva, que foi morador da favela da Maré no Rio de Janeiro e hoje é integrante do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré) é preciso atentar para o processo de construção e reconhecimento da identidade do jovem na cidade, assim como os pressupostos “adultocêntricos” dos discursos, que tratam a juventude, em especial a pobre, apenas na condição *problema social* e, portanto, *objeto da ação* do Estado ou das instituições sociais. Processo esse alimentado, em grande medida, pelos meios de comunicação.

No artigo “*Juventude, favelas e os grandes meios de comunicação*” (2005) Silva aborda o preocupante aumento do número de assassinatos de jovens no nosso país.



Entre 1991 e 2000 o aumento dessas mortes foi de 76%. O fato se agrava quando se trata de jovens negros e de periferia.

A reportagem “Um tiro no futuro”, da revista *Carta Capital* de dezembro de 2006 (edição 424), assinada por Phydia de Athayde, trouxe dados alarmantes sobre a mortalidade juvenil no país. Dentre as conclusões são destacadas três. A primeira: conquistas como a redução da taxa de mortalidade infantil nas últimas duas décadas podem se anular pelo crescimento de 306% nas taxas de homicídios de jovens de até 19 anos. A segunda: a perda de jovens no Brasil deixou de ser um problema de segurança pública para se tornar questão de saúde pública. A terceira: a taxa de mortalidade por arma de fogo é de 43,01 por 100 mil jovens entre 15 e 24 anos; em um ranking mundial desse tipo de morte, o Brasil ocuparia o primeiro lugar. Esses números alarmantes estão relacionados a fatores como a desigualdade social e a má distribuição de renda que mantém o país dividido.

A reportagem ainda apresenta constatações que revelam a segregação social e racial que assolam nosso país. As vítimas são fundamentalmente homens negros. Os jovens negros têm um índice de vitimização 85,3% superior aos brancos. Nessa perspectiva, em que todos parecem que se tornam inimigos, a sociedade tem de encontrar um “bode expiatório”: os jovens, os jovens negros que moram na periferia, que são vistos pela sociedade ao mesmo tempo como as grandes vítimas e grandes agentes da violência. A partir daí, Phydia de Athayde levanta uma questão muito importante: os jovens que são mortos nas favelas com certeza não são todos criminosos e mesmo que fossem isso não significa que deveriam morrer. A verdade é que o jovem pobre vive em um ambiente conflagrado e, mesmo que não seja criminoso, fatalmente está mais exposto ao crime.

O professor Silva dá alguns exemplos da forma como a mídia trata a juventude brasileira, em especial a negra e pobre:

Neste sentido, uma capa da revista semanal de maior circulação do Brasil, a *Veja*, me acompanha desde 2001: seguida da manchete “a periferia cerca a cidade”, apresenta-se uma imagem na qual as construções de alvenaria, em cor escura - remetendo à visão de formigas saúvas em movimento - *vão devorando* gradativamente prédios brancos e limpos. O exemplo é ilustrativo do temor, atávico em amplos setores sociais das camadas médias e dominantes do Rio de Janeiro, São Paulo e outras metrópoles brasileiras, de que os “bárbaros” favelados invadam a “cidade”, a *polis*, e esta seja dominada pelo caos.



Outro exemplo dado pelo professor refere-se a cobertura dada pela grande imprensa a outro evento de larga expressão simbólica, ocorrido em abril de 2004, no Rio de Janeiro, corrobora a assertiva acima proposta:

Em uma noite daquele mês, aconteceu um conflito de grande visibilidade entre traficantes de drogas na Rocinha, antiga favela situada na área mais nobre da cidade. Tal conflito foi denominado pela grande imprensa como a "Guerra da Rocinha". Na tentativa de invasão daquela comunidade popular por um grupo armado foram assassinadas três pessoas: dois moradores locais e uma motorista que passava no túnel que une duas áreas nobres da cidade.

O professor salienta que conflitos como esses, com a morte de várias pessoas inocentes, acontecem com relativa frequência em localidades da periferia do Rio de Janeiro. Silva continua seu relato dizendo que, de acordo com a lógica natural da ordem social vigente, a morte da motorista, pertencente à "classe média", que teve a fatalidade de passar de carro justamente na ocasião do conflito, teve muito mais destaque, protestos e lamentações do que a morte do casal de jovens da Rocinha. Para Silva, o fato mais impressionante então, foi a postura de responsabilização do conjunto de moradores da Rocinha pelo ocorrido. Com efeito, um número expressivo de articulistas e leitores dos principais jornais da Cidade reivindicava, com indignação e rancor, o "direito de ir e vir" dos moradores da "cidade" - território no qual não incluem a favela - e questionava o direito de existência daquela comunidade, que abriga cerca de 80.000 pessoas e se constituiu há mais de 70 anos.

Um outro exemplo do tratamento concedido aos jovens pobres na mídia parte de um dos três maiores jornais do Brasil: "Principal alvo da violência urbana, jovens de comunidades carentes começam a encontrar em escolas dos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco a oportunidade de se afastar das drogas e do crime" - (O Globo, 08/04/05). A partir da leitura dessa manchete, o juízo que podemos fazer é que todos os jovens da periferia são potencialmente criminosos e, por isso, precisariam ter o seu tempo ocupado - sem importar muito como - a fim de não seguirem o caminho da criminalidade. O fato de existirem tão poucas pessoas, proporcionalmente falando, envolvidas com atos criminosos nas grandes cidades brasileiras - considerando-se as precárias condições de vida da população, historicamente - não é levado em conta na afirmação do discurso.

O que vemos, a partir dos exemplos infracitados e de tantos outros, é que a mídia estigmatiza a juventude, em especial os jovens negros, pobres e moradores da periferia.



Ela os coloca numa invariável posição de criminosos. É como se a eles fosse vetado o direito a fazer outra coisa que não se envolver com tráfico de drogas, violência e crimes. O jovem oriundo das classes menos favorecidas, além de tantos direitos não respeitados, também não tem acesso ao direito à comunicação. Não se vê nos meios massivos, (salvos em casos de violência e tráfico de drogas) e tão pouco tem acesso à produção de informação.

Saber que os nossos jovens estão sendo influenciados pelos meios de comunicação de maneira intensa, onde exclui-se qualquer possibilidade de diversidade e ainda estimula-se a sociedade de consumo, a violência parece iminente para muitos desses jovens excluídos da sociedade e da comunicação, algumas soluções contra-hegemônicas podem ser encontradas entre as lacunas do sistema. É o caso das rádios comunitárias, que além de trabalharem próximo à comunidade, se identificando com a realidade local, também permitem a participação dos jovens na produção de informação, servindo como espaço para o exercício da cidadania e para a desmistificação da mídia.

3- A natureza política e social das rádios comunitárias

As rádios comunitárias surgem, no cenário atual, como um meio de democratizar a comunicação e a informação, que está concentrada nos conglomerados familiares, que reproduzem os ideais burgueses de vida. É uma forma de resistência da cultura local diante da globalização. O aparecimento das rádios livres e comunitárias, no Brasil, ocorreu na década 70, em meio à censura da ditadura militar que vigorava. Para a pesquisadora Círcia Peruzzo, houve um surgimento lúdico das rádios, como espaço de exercício da arte radiofônica (1998). Mas o caráter alternativo desse tipo de comunicação logo se encheu de um sentido político e social.

Apesar do início das rádios livres e comunitárias datarem a partir da década de 70, foi nos anos 80 que houve sua multiplicação e, na década de 90, criou-se a regulamentação para o funcionamento dessas rádios, a lei 9612/98. Primeiramente pela proliferação que ocorreu e conseqüentemente para controlar essas iniciativas populares e por outro lado, assegurar os interesses dos barões da grande mídia.

Para o Ministério das Comunicações:

Rádio Comunitária é um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo



oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. (www.mc.gov.br)

Uma rádio comunitária deve ter como objetivo reforçar a cultura local e sua programação deve estar voltada para isso, segundo o Ministério das Comunicações:

Rádio Comunitária deve divulgar a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população.

A programação diária de uma rádio comunitária deve conter informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais. Deve respeitar sempre os valores éticos e sociais da pessoa e da família e dar oportunidade à manifestação das diferentes opiniões sobre o mesmo assunto. (www.mc.gov.br)

Com a regulamentação das rádios comunitárias, ao invés de ocorrer uma otimização nos processos de legalizações, infelizmente, muitas projetos só ficam no papel, devido à demora do governo e do legislativo. E acaba que as concessões, mesmo essas, em várias ocasiões funcionam como moeda de troca de interesses políticos. Embora conste na lei federal das rádios comunitárias que as essas emissoras devem ser desprovidas de qualquer ligação político-partidária, religiosa e comercial, isso muitas vezes não acontece na realidade. Assim, concessões são dadas, mas as rádios não funcionam como comunitária autêntica. Diante dessa realidade, Peruzzo distingue os tipos de rádios comunitárias: 1) As eminentemente comunitárias; 2) As que prestam algum serviço de utilidade pública, mas estão sob controle de poucas pessoas, sendo sua finalidade maior a venda de espaço publicitário; 3) Estritamente comercial, similar a emissoras convencionais, sem vínculo direto com a comunidade local, embora às vezes preste serviços de utilidade pública; 4) As que fazem proselitismo político-ideológico-partidário; 5) E as que se prestam ao proselitismo religioso. (1998, p.417/418)

Para ser consideradas eminentemente comunitárias, autênticas, esse tipo de rádio deve atender algumas características, segundo Peruzzo (1998, p.418/419):

- não devem ter fins lucrativos e sim ser um produto da comunidade;
- devem ter vínculo orgânico com a realidade local, tratando de seus problemas, interesses e cultura;
- a programação deve ser interativa, permitindo acesso do público ao veículo;
- devem valorizar e incentivar a produção e transmissão de culturas locais;
- devem ter compromisso com a educação e cidadania;



- devem democratizar o poder de comunicar.

Embora todos os contratempos que as rádios comunitárias sofrem, principalmente as autênticas sem legalização, elas resistem à perseguição da Anatel⁵ (Agência Nacional de Telecomunicações) e das rádios comerciais e à falta de verba e auxílio financeiro para sua manutenção. Essa sobrevivência ocorre porque as comunitárias autênticas atendem demandas específicas de público, dialogando com a realidade local e servindo como complemento da grande mídia.

As rádios comunitárias e a comunicação comunitária num todo são um importante espaço para exercício da cidadania devido sua dupla contribuição social. Primeiro; através do conteúdo em circulação, que proporciona a socialização do conhecimento, valorização da cultura local, com a qual os indivíduos se identificam. E segundo, durante o processo de produção, quando ocorre uma educação informal em relação à mídia, desmistificando-a. Para Peruzzo (2004, p.70/71) isso acarretaria numa educação para cidadania.

Nunes também evidencia a contribuição das rádios comunitárias para a comunidade em que atua:

Essas emissoras autenticamente comunitárias são fundamentais para a vida das comunidades onde surgiram, pois, além de servirem a interesses coletivos (...) contribuem para o processo de organização e para a ampliação do nível de consciência política da comunidade. (2004, p.242)

Fica evidente que as rádios comunitárias podem mudar a atual conjuntura da comunicação no Brasil, que sofre com o oligopólio informacional e com o bloqueio do acesso ao poder de comunicar. Mas além de ser um espaço para exercício da cidadania, as rádios comunitárias também são agentes sociais que atuam contra a comunicação hegemônica:

As emissoras comunitárias podem contribuir para o rompimento do padrão comunicativo em vigor, que estabelece uma relação monológica entre emissor e receptor em que este último não produz, apenas recebe. Podem ainda exercer uma função no campo da contra informação, divulgando o outro lado da notícia e contribuir para minar os padrões culturais vigentes, abrindo espaço para a produção artístico-cultural local. (Maia, 1998, p.9)

⁵ Dados de 2006 apontam que no Brasil existem 20 mil emissoras comunitárias em operação. Desde 1998, com a implementação da lei 9.612, o Ministério das Comunicações autorizou o funcionamento de apenas 2.400. Em 2005, a Anatel fechou mais de 1.200 emissoras sem concessões. IN: Lahni (2007).



Movimentos populares e rádios comunitárias⁶ vêm estreitando relações em busca de uma sociedade mais igualitária e uma comunicação democrática, onde o acesso ao poder de comunicar esteja próximo de todos. Diante da situação dos jovens no Brasil, as rádios comunitárias se tornam um importante meio de inserção social, conscientização política, espaço para exercício da cidadania e um lugar onde eles terão vozes.

Segundo Cicília Peruzzo há três diferentes níveis de envolvimento na rádio comunitária: no primeiro ocorre apenas a recepção; no segundo há participação nas mensagens; no terceiro nível há participação na produção e difusão de mensagens; já no quarto ocorre a participação no planejamento e, por último e de forma mais acentuada de participação e representatividade, seria a atuação na gestão. Essa classificação dada por Peruzzo (2004) no artigo *Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania* será utilizada para verificarmos de que modo se dá a participação dos jovens presentes nas rádios comunitárias Trans FM e Objetiva FM.

4- Rádios Comunitárias autorizadas em Juiz de Fora

De acordo com o *site* do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br/>, acessado em 21 de maio de 2007), três entidades têm autorização para colocar emissoras no ar como comunitárias em Juiz de Fora: o Centro Educacional e Cultural da Zona Norte (Trans FM), a Associação Comunitária Amigos do Rádio de Juiz de Fora (Objetiva) e a Sociedade Radiodifusora Life de Juiz de Fora. Conforme o *site* do Ministério das Comunicações, a única que tem licença definitiva é o Centro Educacional e Cultural da Zona Norte. Segundo os conceitos de rádio comunitária e rádio comunitária autêntica elencados por Peruzzo, este grupo de pesquisadoras analisou duas rádios com concessão de comunitária em Juiz de Fora.

4.1- Rádio Trans FM

A idéia de criação de uma rádio comunitária na Zona Norte de Juiz de Fora surgiu entre 1996 e 1997, quando três amigos discutiam sobre a importância de uma rádio comunitária para o bairro em que moravam. Segundo o coordenador geral da rádio, Cláudio Silva Carvalho, o tempo de duração da organização da rádio Trans FM foi de cerca de dois anos e meio. O chamado para reabilitação foi em 2001, no ano de 2002 a rádio foi autorizada e em 2003 começou a funcionar. Podemos tomar esse exemplo para demonstrar a lentidão nos processos de autorizações das rádios comunitárias no Brasil.

⁶ As rádios comunitárias também estão organizadas enquanto movimento social.



Em 2000 a Associação Comunitária Amigos do Rádio de Juiz de Fora, que usa o nome de Trans FM para seu funcionamento, recebeu a autorização para funcionar no endereço Rua Manoel Diniz, nº8, Francisco Bernardino. Porém, durante a pesquisa, tivemos dificuldade em localizar a emissora, pois não funcionava no endereço indicado. Inicialmente localizamos a rádio no bairro de Benfica, Rua Angelino Mariano, nº 60. Durante a pesquisa, a rádio ficou sem funcionar seis meses, segundo o coordenador.

Na segunda visita não obtivemos informações precisas, somente que a rádio estava no bairro Araújo, funcionando apenas com músicas, pois os equipamentos estavam no concerto. Em nossa última visita, no dia 23 de outubro de 2007, a Trans estava funcionando em uma das lojas do Centro Comercial de Benfica, que se localiza na Avenida Jucelino Kubitschek, nº 6.911. Nesse dia a rádio estava devidamente instalada e funcionando, porém não havia telefone.

4.1.1 - Programação e participação juvenil

A programação é composta, basicamente, por músicas e vinhetas, mas nenhum conteúdo diferenciado foi apresentado, com exceção das mensagens da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da Pastoral da Criança. Apesar da hora ser informada ao longo da programação, nada mais foi veiculado. A rádio não faz jus a sua concessão.

Em apenas sete horas de escuta, foram anotadas 30 vinhetas diferentes, sendo que várias foram repetidas mais de uma vez. Com isso percebemos o vazio da programação. A maioria das vinhetas fala bem da rádio, de sua alta qualidade e de como ela é importante para o seu ouvinte. A emissora parece ser tudo o que o ouvinte precisa escutar: “Trans FM, sempre fazendo o melhor para você” ou “O tempo todo, todo dia as melhores, as melhores músicas na melhor sintonia... 87,9 aqui você escuta tudo, tudo, tudo”. Fica nítido através das vinhetas como a comunicação nessa rádio comunitária é vertical. O texto é impositivo, a maioria está no imperativo, reafirmando o tempo todo, a necessidade do ouvinte ter a Trans presente em sua vida.

Em duas vinhetas o texto foi infeliz: “Trans FM é uma porrada de música no seu rádio” e “Trans FM, a rádio que transa você”. Ambos os termos “porrada” e “transa” têm conotação sexual, e a primeira palavra também fazer referência a violência.

Literalmente a rádio toca de tudo: música internacional, pop-rock, reggae, MPB, hip-hop norte-americano e nacional, hardcore nacional, dance, sertanejo, funk, rock nacional, música eletrônica, anos 80, axé, pagode. Gêneros musicais estrangeiros são constantes na programação da rádio, correspondendo a aproximadamente 45% do total

das músicas executadas durante a escuta. Isso se torna um dado preocupante se pensarmos na não valorização da cultura nacional e local, que ficam totalmente excluídas da programação.

Os gêneros musicais nacionais mais ouvidos na rádio foram o pop-rock e hardcore nacional, que são músicas mais voltadas para os adolescentes. As bandas Charlie Brown, CPM 22 e Detonautas tiveram suas canções tocadas várias vezes. O rock nacional foi lembrado pelo grupo Legião Urbana e Ira. O sertanejo nessa rádio é também comercial, tocando apenas os hits do momento e excluindo a música caipira de raiz. A MPB esteve pouco presente. O hip-hop da rádio está longe de ser politizado e o funk, pelo menos, não tocou pornografias. Reggae teve pouca participação. O axé e o pagode tiveram participação pouco significativa, tocando algumas músicas antigas. Porém não houve nenhum samba, gênero genuinamente brasileiro que foi excluído da programação da Trans Resumindo a programação da rádio podemos usar a expressão “balaio de gato”, porque são só músicas de estilos diferentes.

4.1.2 – Os jovens na rádio:

Como produtores:

A presença do jovem enquanto produtor não existe na Trans FM. Embora tenha relatado em entrevista, experiências com a locução e produção dos programas realizados por jovens moradores do bairro em dois programas voltado para juventude, *O Agito Geral* e *Conexão Jovem*, nenhum dos programas foi veiculado durante a pesquisa.

Após a nossa última visita, Cláudio nos informou que os programas para jovens tinham sido unificados, sendo transmitido aos sábados à tarde sob a coordenação da igreja do bairro. Ou seja, além de tirarem o poder de comunicar dos jovens, passaram a uma instituição que já tem voz na sociedade. E ainda, novo programa que Claudio afirmava existir, não foi veiculado durante o período de rádio escuta.

Durante as entrevistas, Cláudio se mostrou um personalista, se referindo o tempo todo “a minha rádio” ou “porque ela é minha”. Isso demonstra o caráter não comunitário da Trans, que tem um dono que é o Cláudio. Logo, os jovens são excluídos do processo de produção e perdem uma oportunidade, assegurada na lei 9612/98, de exercer a cidadania através de um veículo comunitário.

Nos programas da emissora:

A participação dos jovens nos programas, segundo o coordenador da rádio, Cláudio, também ocorre através de telefonemas e recados enviados a rádio. Entretanto, durante o período de rádio escuta, não foi detectada nenhuma participação de jovens e



de nenhum outro segmento social. Havia apenas uma locução das vinhetas e o anúncio das horas e nada mais.

4.1.3 - Trans FM: concessão versus autenticidade

No período de análise percebemos a falta de interatividade da Trans FM com os moradores do bairro, diferentemente do que foi dito pelo coordenador da rádio. Nenhuma ligação ocorreu na escuta e nenhuma voz, além das vinhetas, foi percebida. Pensando nas características apontadas por Peruzzo, percebemos que nenhuma foi encontrada na rádio escuta.

A programação não é um produto da comunidade, pois apenas um locutor ou técnico estava atuando durante a programação. Também não houve o acesso do público. Não houve a valorização da cultura local, nenhuma música de um cantor (a) da cidade foi veiculada, nem mesmo entrevistas com artistas locais.

Logo concluímos que a rádio Trans FM não apresenta vínculo orgânico com a comunidade de Benfica e Zona Norte de Juiz de Fora. O compromisso com a educação e cidadania foi deixado de lado para que apenas houvesse uma mera reprodução de uma rádio comercial. E o mais agravante é que uma rádio comercial ainda consegue ter mais compromisso social que essa rádio comunitária, pois nada, nenhuma informação ou boletim, programa educativo ou um programa musical comentado foi feito.

O poder de comunicar nessa rádio foi apenas das músicas e vinhetas. A comunidade teve seu direito negado mesmo por um veículo cujo objetivo era inverso. A única coisa positiva avaliada foi que a rádio não vendeu espaço comercial para anunciantes. Por outro lado, também não teve anúncio de apoio cultural, o que evidencia a falta de recursos financeiros da rádio.

Através dessa rádio escuta percebemos que a Trans FM não é uma rádio comunitária autêntica. As músicas foram executadas aleatoriamente já que nenhum programa foi realizado durante o período de análise.

4.2- Rádio Objetiva FM

A emissora apresentada no *site* do Ministério das Comunicações como Associação Comunitária Amigos do Rádio de Juiz de Fora é, na verdade, a Rádio Objetiva FM 87,9. A rádio está situada na Rua Manoel Diniz, nº 8, no bairro Francisco Bernardino e tem data de licença em 13 de dezembro de 2002.

Atualmente a rádio Objetiva é coordenada por Marcelo Glicério de Ávila Gomes “Marcelo Chacal”, que tem 23 anos. Segundo o coordenador, que também é locutor e

produtor, a rádio entrou em funcionamento no dia 13 de dezembro de 2002 e surgiu da ideia de Antônio Almas⁷, que criou a Associação Comunitária Amigos do Rádio.

A rádio conta com dez locutores e três DJ's participantes. Os locutores são: o próprio Marcelo, Itamar, Tony, Marcos, Dalvan Luís, Alex, Marcão, Ramon, Renato e David. A equipe de DJ's é composta pelo "DJ Fei" e outros convidados ocasionalmente. A locução conta ainda com Pastor Alessandro e representantes da Igreja Católica, que fazem o programa "Ave Maria".

4.2.1 – Programação e participação juvenil

A programação da rádio é basicamente musical. Porém, os jovens participam criando programas como os quais se identificam. Como o "A voz do gueto", programa de hip-hop nacional com locução de Lucas Alvim (David). Na Objetiva também há programas religiosos, porém, não há exclusividade para uma religião. Há programas evangélicos e católicos na grade e, segundo o coordenador, há espaço para todas as religiões.

Já sobre as formas de participação na rádio o coordenador revela: "Recebemos muitos telefonemas por dia, uns 50. A maioria vem do bairro Monte Castelo, Industrial, Milho Branco, Cerâmica e Barbosa Lage. De 10 a 15 telefonemas por programa." Marcelo diz, ainda, que diversos grupos participam da rádio e que já realizaram debates sobre problemas do bairro com a SPM (Sociedade Pró-Melhoramentos), mas não o fazem mais.

A partir dos níveis de classificação dados por Peruzzo concluímos que o maior grau de participação juvenil na Rádio Objetiva limita-se ao primeiro e segundo níveis. Segundo Marcelo, coordenador da rádio, a imensa maioria da audiência da emissora é de jovens, esses estão no primeiro nível de envolvimento, são meros receptores. A segunda maior forma de participação juvenil se dá no segundo nível, através dos telefonemas de jovens para pedir músicas. No terceiro nível temos Dalvan Luiz. Ele é o único locutor que está na faixa etária tomada por esse trabalho como de jovens (12 a 19 anos). Dalvan tem 18 anos e está cursando o 1º ano do ensino médio. O jovem é morador do Jardim Natal, bairro que frequentemente é notícia devido à violência entre grupos de jovens rivais. O rapaz participa da rádio como locutor. Apesar de não atuar na produção, nem na gestão da emissora, Dalvan acredita que a participação na rádio é "fundamental para sua vida".

⁷- Antônio Almas, médico e político do PSB, foi vereador de Juiz de Fora por duas vezes consecutivas (1993 – 2000).



Segundo Marcelo Chacal, o coordenador da emissora e, portanto, representante do quarto nível de envolvimento, todos os integrantes de certa forma, estão no quinto nível de participação, através das reuniões mensais realizadas para discutir os assuntos da emissora.

Nos programas da emissora não são abordadas temáticas relacionadas aos jovens. À juventude ouvinte da rádio é oferecido apenas conteúdo musical. Havia um programa informativo, que, segundo Dalvan, era feito por estudantes de comunicação de uma faculdade particular da cidade. Como tais estudantes pararam de fazer o programa, a rádio ficou sem nenhum conteúdo jornalístico.

Na programação musical não há participação de artistas locais. As músicas são, em geral, as mesmas que tocam nas comerciais. Não há grande preocupação com a identidade cultural dos jovens. A única exceção talvez seja o programa “A voz do Gueto”, que dá espaço ao hip-hop nacional. As músicas abordam temas ligados ao cotidiano dos jovens ouvintes. Além de ter identificação com a cultura negra, que compreende grande parte da área atingida pela rádio.

4.2.2 – Os jovens na rádio:

Como produtores:

Dos jovens que atuam na rádio Objetiva FM apenas um atua na produção dos programas veiculados. Marcelo, além de locutor e coordenador é também o único produtor da emissora. Segundo ele, os outros integrantes da rádio o auxiliam dando dicas sobre músicas boas para cada programa, mas, se limitam a isso. Dalvan, o único jovem da rádio entre 12 e 19 anos, disse ter vontade de produzir um programa, mas segundo ele, ainda não teve oportunidade para isso.

Nos programas da emissora:

Não são abordadas temáticas relacionadas aos jovens nos programas. À juventude ouvinte da rádio é oferecido apenas conteúdo musical. Havia um programa informativo, que segundo Dalvan, era feito por estudantes de comunicação de uma faculdade particular da cidade. Como tais estudantes pararam de fazer o programa a rádio ficou sem nenhum conteúdo jornalístico.

Na programação musical não há participação de artistas locais. As músicas são, em geral, as mesmas que tocam nas comerciais. Não há grande preocupação com a identidade cultural dos jovens. A única exceção talvez é o programa “A voz do Gueto”, que dá espaço ao rap e hiphop nacionais. As músicas abordam temas ligados ao



cotidiano dos jovens ouvintes. Além de ter identificação com a cultura da negra, da qual grande parte da área atingida pela rádio faz parte.

4.2.3 – Objetiva FM: concessão versus autenticidade

Podemos observar que a Objetiva FM, apesar de não se enquadrar em todos os critérios, elencados por Peruzzo, para definir uma rádio comunitária autêntica apresenta características importantes para uma mídia alternativa. A rádio não tem fim lucrativo, paga suas contas através de recursos vindos dos apoios culturais, tem programação interativa, todo o público tem acesso à programação através de telefonemas e visitas à rádio e, o principal, abre espaço para a participação, em especial, dos jovens. Segundo o coordenador, Marcelo, as portas da emissora estão abertas para “boas idéias” na programação.

Apesar de a emissora reproduzir, em grande parte, a programação das rádios comerciais e de não haver espaço para artistas locais, há a valorização da cultura negra, da qual grande parte dos ouvintes faz parte. Tal valorização aparece através do programa de hip-hop, produzido por jovens negros.

Embora não haja um compromisso mais efetivo com a educação e a cidadania os jovens envolvidos na rádio têm, em certa medida, a oportunidade de exercer o direito à comunicação. Programas jornalísticos, feitos pelos próprios integrantes da comunidade e não por alunos de faculdades particulares poderiam dar aos membros da rádio a oportunidade de ter voz, de expressar suas opiniões e de produzir um conteúdo diferenciado da mídia comercial.

5 – Conclusão:

As duas rádios autorizadas como comunitárias de Juiz de Fora que analisamos apresentam problemas, em diferentes escalas, na sua constituição. A Rádio Trans FM não utiliza as possibilidades que um veículo alternativo pode oferecer e, principalmente, não promove nenhuma melhoria em sua comunidade. Limitando-se a uma restrita programação musical e sem nenhum envolvimento da comunidade. Assim, podemos considerar que a concessão de rádio comunitária não é merecida pela Trans FM.

Os níveis de envolvimento, destacado anteriormente por Peruzzo (2004), na rádio Trans FM, ocorre apenas o nível primário da recepção. Embora o coordenador da rádio afirme existir os outros níveis de inclusão: participação nas mensagens e participação na produção e difusão de mensagens, em nosso estudo percebemos que isso não ocorre.



Já a rádio Objetiva FM, apesar de não poder ser considerada uma rádio comunitária autêntica, já que não tem vínculo orgânico com a comunidade e tem programação predominantemente musical, tem o envolvimento de jovens da comunidade no processo produtivo da emissora e mantém suas portas abertas para a participação.

A Objetiva FM atende há três diferentes níveis de envolvimento na rádio comunitária: o da recepção, o da participação nas mensagens e da participação na produção e difusão de mensagens. Contudo, os níveis mais profundos de envolvimento não são realizados; a participação no planejamento e atuação na gestão.

6 - Referências:

ATHAÍDE, Phídia de. Um tiro no futuro. Revista **Carta Capital**, edição de 20 de dezembro de 2006.

MAIA, Marta Regina. **Rádio Camponesa: a reforma agrária do ar**. Anais do XXI Congresso Brasileiro da Ciência da Comunicação – Intercom, Recife, 1998.

Referências

NUNES, Márcia Vidal. Rádios Comunitárias no século XXI: exercício de cidadania ou instrumentalização da participação popular? IN: Nélia R. Del; MOREIRA, Sônia Virgínia (orgs.) **Desafios do rádio no século XXI**. São Paulo: Intercom, 2000.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). **Comunicação Pública**. São Paulo: Alínea, 2004.

SILVA, Jaílson de Sousa e. **Juventude, favelas e os grandes meios de comunicação**. Disponível em: <www.fazendomedia.com/novas.com.br>. Acesso em: 20 fev. 2007. ISBN 151105.

_____. A violência da mídia. In: PAIVA, Anabela e RAMOS, Sílvia. **Mídia e violência: novas tendências de cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: CEsEC, 2007.

Rádio escuta:

- 19 e 20 de novembro de 2006 nas rádios Trans FM e Objetiva FM.

Entrevistas:

CARVALHO, Cláudio Silva. Entrevista concedida à Maria Fernanda de França Pereira, em 22 de setembro e 23 de outubro de 2007.

DALVAN, Luís. Entrevista concedida à Fernanda Coelho, em 12 de setembro de 2007.

GLICÉRIO, Marcelo. Entrevista concedida à Fernanda Coelho da Silva, em 18 de julho e 12 de setembro de 2007.

Internet:

<http://www.mc.gov.br/>. Acessado dia 21 de maio de 2007